



Sumário

Prefácio, xv

Introdução, 1

Parte I – Noções Preliminares, 7

- 1 SOCIEDADE E SISTEMA JURÍDICO, 9
 - 1 Sociedade e direito, 9
 - 2 Funções do direito, 10
 - 3 Modos de tratamento dos conflitos, 12
 - 4 Mecanismos alternativos (informais) de tratamento dos conflitos, 14
- 2 DIREITO SUBSTANCIAL E DIREITO PROCESSUAL, 15
 - 1 Sociedade, Estado e direito, 15
 - 2 Direito substancial, 16
 - 3 Direito processual, 18
 - 4 Direito processual em sentido amplo, 20
- 3 CIÊNCIA DO DIREITO PROCESSUAL, 21
 - 1 Ciência do direito processual e direito processual, 21
 - 2 Posição da ciência processual no quadro das ciências jurídicas, 23
 - 3 Posição da ciência processual no quadro das outras ciências sociais. A interdisciplinaridade, 24
 - 4 Divisão e conteúdo do direito processual, 25
- 4 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO, 27
 - 1 Funções dos princípios em geral, 27

- 2 Noção de princípio, 29
- 3 Determinação dos princípios, 29
- 4 Princípios constitucionais do processo e sua relação com o princípio democrático, 30
- 5 Enumeração dos princípios constitucionais do processo, 31
- 5 DIREITO CONSTITUCIONAL PROCESSUAL, 35
 - 1 Denominação: direito constitucional processual ou direito processual constitucional?, 35
 - 2 Nossa opção: direito constitucional processual, 36
 - 3 Conteúdo, 37
 - 4 Definição, 37
- 6 FONTES DO DIREITO PROCESSUAL, 38
 - 1 Fontes do Direito: sentido da expressão, 38
 - 2 Fontes formais do direito processual, 39
 - 3 Fonte principal: a Constituição, 39
 - 4 Fonte secundária: a lei, 40
 - 5 Fontes subsidiárias: analogia, costume e princípios gerais do direito, 41
 - 6 Outras fontes formais do direito processual: as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos outros tribunais, 43
 - 7 Posição da doutrina, 44
 - 8 Conclusão, 44
- 7 INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL, 45
 - 1 Interpretação em geral: definição, 45
 - 2 Interpretação no direito processual, 46
 - 3 Teorias sobre a interpretação, 46
 - 4 Processos de interpretação, 47
 - 5 Interpretação quanto aos elementos, 47
 - 6 Interpretação quanto aos resultados, 50
 - 7 Interpretação quanto aos sujeitos, 50
 - 8 Interpretação teleológica, 51
- 8 A LEI PROCESSUAL NO TEMPO, 53
 - 1 Conflito das leis no tempo, 53
 - 2 Princípios gerais, 54
 - 3 Conteúdo do direito processual e natureza de suas normas, 54
 - 4 Processos pendentes, 55
 - 5 Nulidade dos atos processuais, 55

- 6 Prazos processuais em curso, 56
- 7 Provas, 56
- 8 Ação, 57
- 9 Recursos, 57

Parte II – A Jurisdição, 59

- 9 FUNÇÃO JURISDICIONAL, 61
 - 1 Noção de função, 61
 - 2 Tripartição das funções estatais e unidade do poder, 62
 - 3 Definição de jurisdição, 63
 - 4 Natureza jurisdicional das atividades executiva e cautelar, 65
 - 5 “Jurisdição” voluntária, 65
- 10 CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO, 66
 - 1 Característica funcional: a tutela dos direitos em última instância, 66
 - 2 Características estruturais, 67
 - 3 Nota particular sobre a concepção de Chiovenda da jurisdição como atividade de substituição, 69
 - 4 Conclusão, 70
- 11 DISTINÇÃO ENTRE JURISDIÇÃO, LEGISLAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, 72
 - 1 Distinção entre jurisdição e legislação, 72
 - 2 Distinção entre jurisdição e administração, 74
- 12 ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO, 77
 - 1 Unidade ou pluralidade de jurisdições?, 77
 - 2 Classificação da jurisdição, 78
- 13 PODER JUDICIÁRIO, 82
 - 1 Definição do Poder Judiciário, 82
 - 2 Poder Judiciário e unidade do poder estatal, 83
 - 3 Poder Judiciário e função jurisdicional, 84
 - 4 O governo do Judiciário, 84
 - 5 Conselho Nacional de Justiça, 85
- 14 ARBITRAGEM, 87
 - 1 Definição, 87
 - 2 Arbitragem e mercado, 88
 - 3 Arbitragem e constituição, 89
 - 4 Convenção arbitral: compromisso e cláusula compromissória, 90

- 5 Árbitros, 91
- 6 Sentença arbitral, 91
- 7 Anulação da sentença arbitral, 92

- 15 INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO, 93
 - 1 Generalidades, 93
 - 2 Independência do Judiciário e independência do juiz, 94
 - 3 Independência do Judiciário: espécies, 94
 - 4 Limitações à independência do Judiciário, 95
 - 5 Participação do povo no Judiciário: espécies. Obstáculos, 96

- 16 PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO, 99
 - 1 Princípios que regem a organização do Poder Judiciário, 99
 - 2 Órgãos: definição, 102
 - 3 Composição dos órgãos, 103
 - 4 Enumeração dos órgãos, 103

- 17 JUSTIÇAS DA UNIÃO, 104
 - 1 Justiças da União: significado da expressão, 104
 - 2 Supremo Tribunal Federal, 105
 - 3 Superior Tribunal de Justiça, 106
 - 4 Justiça Federal, 107
 - 5 Justiça do trabalho, 108
 - 6 Justiça Eleitoral, 110
 - 7 Justiça Militar, 112
 - 8 Justiça do Distrito Federal e Territórios, 114

- 18 JUSTIÇA DOS ESTADOS, 115
 - 1 Poder dos Estados de organizarem suas justiças, 115
 - 2 Justiças federais e estaduais, 116
 - 3 Princípios constitucionais sobre a organização das Justiças dos Estados, 116
 - 4 Estrutura das justiças dos estados, 117
 - 5 Órgãos das justiças dos Estados, 118

- 19 A MAGISTRATURA, 121
 - 1 Estatuto da magistratura, 121
 - 2 Recrutamento e nomeação dos juízes, 122
 - 3 Independência do juiz pessoa física. Espécies, 123
 - 4 Garantias de independência da magistratura: importância, 123
 - 5 Deveres e responsabilidades, 126

- 6 Limitações à independência do juiz, 128
- 20 OS AUXILIARES DO JUÍZO, 130
 - 1 Auxiliares do juízo, 130
 - 2 Secretário, 131
 - 3 Oficial de justiça, 131
 - 4 Distribuidor, 132
 - 5 Contador, 132
 - 6 Depositário, 132
 - 7 Avaliador, 132
 - 8 Partidor, 133
 - 9 Outros auxiliares, 133
- 21 COMPETÊNCIA, 134
 - 1 Definição de competência, 134
 - 2 Importância prática do tema, 135
 - 3 Jurisdição e competência, 135
 - 4 Critérios determinativos da competência, 136
 - 5 Procedimentos para determinar o órgão competente, 138
- 22 MODIFICAÇÕES DA COMPETÊNCIA, 140
 - 1 Natureza das normas sobre a competência: competência absoluta e relativa, 140
 - 2 Causas de modificação da competência, 141
 - 3 Incompetência: alegação e efeitos, 143
 - 4 Conflito de competências, 144
 - 5 Prevenção, 144
 - 6 “Perpetuatio jurisdictionis”, 145

Parte III – O Direito à Prestação Jurisdicional, 147

- 23 O DIREITO À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. A AÇÃO E A DEFESA, 149
 - 1 Introdução, 149
 - 2 Definição do direito à prestação jurisdicional ou direito de ação, 150
 - 3 Sujeitos do direito de ação, 151
 - 4 Conteúdo do direito à tutela jurisdicional ou direito de ação, 151
 - 5 Direito abstrato ou direito concreto?, 153
 - 6 Situação jurídica do réu. O direito de defesa, 153
- 24 ELEMENTOS DA AÇÃO, 155
 - 1 Importância do tema, 155

- 2 Elementos da ação, 155
 - 3 Apreciação das teorias e opção, 158
- 25 CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DA AÇÃO. INTERESSES COLETIVOS E DIFUSOS, 160
- 1 Definição, 160
 - 2 Possibilidade jurídica do pedido, 161
 - 3 Legitimidade para agir: definição, 162
 - 4 Substituição processual. Legitimação extraordinária, 166
 - 5 Legitimidade dos entes coletivos para a defesa dos interesses coletivos e difusos, 167
 - 6 Interesse de agir: definição, 169
 - 7 Interesse de agir e interesse material, 171
 - 8 Consequências da falta das condições da ação, 171
 - 9 Função político-ideológica das condições da ação, 171
- 26 CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES, 173
- 1 Critério de classificação prevalente: a espécie de provimento pedido pelo autor, 173
 - 2 Ações de conhecimento, 174
 - 3 Ações mandamentais e executivas *lato sensu*, 177
 - 4 Nota sobre as ações penais, 177
 - 5 Ações de execução, 177
 - 6 Ações cautelares, 178
 - 7 Antecipação de tutela, 179
 - 8 Ações civis: outros critérios de classificação, 179
 - 9 Ações trabalhistas: outros critérios de classificação, 180
 - 10 Ações penais: outros critérios de classificação, 180

Parte IV – O Processo, 183

- 27 O PROCESSO, 185
- 1 Definição de processo, 185
 - 2 Definição de procedimento, 186
 - 3 Distinção entre processo e procedimento, 187
 - 4 Significado amplo da palavra "processo", 187
- 28 PROCESSO DE CONHECIMENTO, DE EXECUÇÃO E CAUTELAR, 189
- 1 Classificação: critério funcional, 189
 - 2 Natureza jurisdicional dos processos de execução e cautelar, 190
 - 3 Visão estrutural dos processos de conhecimento, de execução e cautelar, 190

- 29 NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO, 193
 - 1 Natureza jurídica do processo: sentido da expressão, 193
 - 2 Teorias sobre a natureza jurídica do processo, 194
 - 3 Análise das várias teorias, 195
 - 4 Conclusões, 197
- 30 A RELAÇÃO PROCESSUAL, 199
 - 1 Características da relação processual, 199
 - 2 Pressupostos da relação processual, 201
 - 3 Pressupostos processuais e condições da ação, 203
- 31 SUJEITOS DO PROCESSO: I – O ESTADO-JUIZ, 204
 - 1 Sujeitos do processo: o Estado-juiz, 204
 - 2 Poderes do órgão jurisdicional, 206
 - 3 Deveres do órgão jurisdicional, 206
 - 4 Responsabilidade civil do Estado e responsabilidade civil do juiz, 207
- 32 SUJEITOS DO PROCESSO: II – AS PARTES, 209
 - 1 Definição de parte, 209
 - 2 Quem pode ser parte, 210
 - 3 Capacidade processual, 210
 - 4 Poderes, ônus e deveres das partes, 211
 - 5 Litisconsórcio, 213
 - 6 Intervenção de terceiros, 214
- 33 ADVOCACIA. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. DEFENSORIA PÚBLICA, 215
 - 1 Advogado e capacidade postulacional, 215
 - 2 Natureza da advocacia, 215
 - 3 Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 216
 - 4 Exame de ordem e estágio, 216
 - 5 Advocacia-Geral da União, 217
 - 6 Defensoria pública, 217
- 34 MINISTÉRIO PÚBLICO, 219
 - 1 Ministério Público: definição, 219
 - 2 Ministério Público da União e dos Estados, 219
 - 3 Funções do Ministério Público no processo, 220
 - 4 Princípios de atuação do Ministério Público, 221
 - 5 Princípios orgânicos do Ministério Público: autonomia administrativa, financeira e funcional, 222
 - 6 Estrutura interna do Ministério Público, 223

- 7 Garantias da independência do Ministério Público, 224
- 8 Conselho Nacional do Ministério Público, 226

- 35 OS ATOS PROCESSUAIS, 227
 - 1 Definição do ato processual, 227
 - 2 Classificação dos atos processuais, 228

- 36 PROVA, 231
 - 1 Definição, 231
 - 2 Meios de prova. Limitações, 232
 - 3 Objeto da prova, 232
 - 4 Ônus da prova, 233
 - 5 Valoração da prova, 234

- 37 O PROCEDIMENTO, 235
 - 1 Definição do procedimento, 235
 - 2 Sistemas das formas procedimentais, 236
 - 3 Sistema adotado no Brasil, 236
 - 4 Formas processuais, 237

- 38 NULIDADES PROCESSUAIS, 243
 - 1 Definição, 243
 - 2 Critério legal para identificar a nulidade, 244
 - 3 Pronúncia judicial da nulidade, 245
 - 4 Efeitos da pronúncia judicial da nulidade, 246
 - 5 Iniciativa quanto à pronúncia judicial da nulidade: nulidade absoluta e relativa, 246
 - 6 Nulidades extraformais, 247
 - 7 Convalidação, sanatória, renovação, retificação e conversão, 248
 - 8 Inexistência e irregularidade, 249

- 39 RECURSOS, 251
 - 1 Poder de impugnar as decisões jurisdicionais e sua classificação. Definição de recurso, 251
 - 2 Classificação dos recursos, 252
 - 3 Direito ao recurso e a Constituição, 253
 - 4 Condições de exercício dos recursos, 253
 - 5 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito, 255
 - 6 Efeitos dos recursos, 255

40 COISA JULGADA, 256

- 1 Definição, 256
- 2 Coisa julgada formal e material, 257
- 3 Limites subjetivos da coisa julgada, 259
- 4 Limites objetivos da coisa julgada, 260
- 5 Exceção de coisa julgada, 261

Bibliografia, 263